

1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social**
2 **Secretaria Executiva dos Conselhos**
3 **Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 5º Andar Bloco 'C'**
4 **Palácio das Araucárias**
5 **CEP 80530-915**
6 **Curitiba - Paraná**
7



9 **CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

10 **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA CEDCA/PR – 14/12/2012**

11
12 Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de 2012 às 8h35 minutos em primeira convocação, no
13 auditório do 7º andar da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS – Palácio das
14 Araucárias, situada na rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº – Centro Cívico, em Curitiba, realizou-se a
15 Assembleia Ordinária final do **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente –**
16 **CEDCA/PR**, para a qual os Conselheiros foram previamente convocados. No seu papel de Presidente do
17 Colegiado, a Conselheira **Márcia Tavares dos Santos (SESP)** detectou nesse primeiro momento, a
18 presença dos Conselheiros Osny (Planejamento), Alessandra (Turismo), Márcia (Segurança Pública),
19 Luciano (Cultura), Jocélia (Casa Civil) e a representante da OAB/PR, Dra. Maria Cristina Santos, não
20 havendo pois quórum qualificado. Seguindo o trâmite regimental, a segunda convocação se deu às 9h00
21 quando foi possível constatar a presença de 15 Conselheiros, a saber: - **Sociedade Civil:** Débora Cristina
22 dos Reis Costa (**ABEC**), Janaína Fátima de Souza Rodrigues (**Associação Caminho da Vida – Lar Dona**
23 **Vera**), Ana Paula Ribeirete Baena (**Associação Hospitalar de Proteção à Infância – Dr. Raul Carneiro**),
24 **Ires Damian Scuzziato (Centro Comunitário e Social Dorcas da Comunidade Luterana)**, Alexandra Alves
25 José (**Escola Profissional e Social do Menor de Londrina – EPESMEL**), Hélio Cândido do Carmo
26 (**Guarda Mirim de Foz do Iguaçu**). **Conselheiros Governamentais:** Jócelia Soares Fernandes (**Casa**
27 **Civil**), Jacqueline Albergue Ribas (**Secretaria de Estado do Esporte**), Ana Cláudia Miguel Ferigotti (**SETI**),
28 Marli Aparecida Batista Vaz Mussulini (**SETS**), Leandro Nunes Meller (**SEDS**), Luciano Kampf (**SEEC**),
29 Maurício Rosa (**SEED**), Fátima Ikiko Yokohoma (**SEJU**), Maria da Graça Lima (**SESA**), Márcia Tavares dos
30 Santos (**SESP**), Osny Martinelli Pereira Alves (**SEPL**), Alessandra G. R. P. Xavier (**SETU**).
31 **Ouvintes/Convidados:** Dra. Maria Christina dos Santos (**OAB – Secção Paraná**). Desde logo, a Conselheira
32 Presidente achou por bom esclarecer que, independente de horários, a presente reunião somente seria
33 encerrada, após terem sido apreciadas todas as Câmaras e os seus respectivos assuntos em pauta, uma vez
34 que se tratava da última Assembleia do ano. • **Apreciação da pauta: APROVADA.** • **Apreciação das atas**
35 **das Assembleias:- Extraordinária de 21/11/12 (Aprovada) e Ordinária de 23/11/12- APROVADA.** Foi
36 contatado pela servidora Letícia (da Secretaria Executiva – SEDS) que a representante da OAB, **Dra. Maria**
37 **Christina dos Santos** havia encaminhado algumas alterações, a serem inseridas na ata de 23/11. Tendo em
38 vista o curto espaço de tempo entre as Assembleias, tais modificações não foram reencaminhadas em tempo
39 aos Conselheiros. Dessa forma, o novo texto foi lido, para a avaliação do plenário. Foi nesse momento que a
40 **Presidente Márcia** questionou o teor de colocações a ela atribuídas, e que na verdade não correspondiam
41 ao que tinha dito, isso após as alterações enviadas pela consultora da OAB. Sendo assim, a Conselheira
42 Presidente considerou que como a ata é redigida com base nas gravações, por uma questão de ordem não
43 se pode interferir nas falas de outras pessoas. Assim, achou por bem reforçar que alterações nessa questão
44 só deveram ocorrer na fala da representante da OAB, por ela mesmo propostas, mantendo as considerações
45 dos demais Conselheiros na forma original, conforme oriundas da gravação. • **Atas devidamente aprovadas**
46 **(Assembleias Extraordinária de 21/11 e Ordinária 23/11).** • **Registrada a presença de Dra. Nilda**

47 **Diretora da Associação Franciscana. • Informes da Secretaria Executiva (Helena Navarro Gimenez).**
48 Foram lidas as justificativas de ausências das conselheiras, Simone, Suzane, Neide, Maria Inês Borges e
49 Janaína Rodrigues, as quais foram acatadas pelo plenário. Na sequência, a **Presidente Márcia Tavares dos**
50 **Santos (SESP)** ressaltou a presença no recinto dos técnicos da Assessoria de Comunicação da SEDS, bem
51 como de integrantes de uma Agência de Publicidade. A equipe estaria encarregada de apresentar ao
52 Conselho, o “Projeto inicial referente à Campanha de Sensibilização e Mobilização, para enfrentamento à
53 violência contra crianças e adolescentes”, tendo disponibilizados 20 minutos para essa tarefa. Utilizando-se
54 de um power point, a **técnica Mariana** iniciou a abordagem desse material a ser vinculado em todo o Estado
55 do Paraná. • **Total de investimentos:** R\$2.500.000,00. • Atuar fortemente a partir da 3ª semana de maio,
56 devendo estender-se até abril/2014. • Estratégias de mídia:- (Globo, SBT, Record, Band). • 50 maiores
57 difusoras do Estado, com a possibilidade de 5 inserções diárias. • **Ferramentas** – TV aberta – rádio - redes
58 sociais – Folderes – material informativo – faixas – camisetas – palestras – presença em eventos com kits e
59 cartazes. • **Parcerias a serem envolvidas:** Secretarias de Estado, Conselhos Municipais e Tutelares, Polícia
60 Militar, CRESS, Clube de Serviço, Escolas Municipais e Estaduais, Sindicatos, Igrejas, Associações de
61 bairros e outros. Ao final da explanação, a **Conselheira Presidente Márcia Tavares** abriu um espaço, para
62 que os Conselheiros tivessem oportunidade de dirimir possíveis dúvidas. Também esclareceu que essa
63 mesma apresentação foi levada a efeito em duas Câmaras:- Garantia de direitos e Capacitação. Já na
64 plenária, esperava-se poder definir as estratégias de mídia. A técnica da Comunicação Social da SEDS
65 externou que até o momento trata-se de um planejamento, cuja verdadeira criação ainda não foi apresentada.
66 Diante do exposto e baseando-se também na sua experiência profissional, a **Conselheira Ana Paula Baena**
67 sugeriu utilizar os canais sociais das empresas, usar os espaços gratuitos na tentativa de diminuir os custos
68 das inserções na mídia paga. Iniciar uma conversa com as empresas, buscando identificar aquelas que
69 terão interesse em colaborar. Caso o Conselho concordasse, seria interessante já sair da Assembleia com
70 um acordo formal, iniciando os passos necessários de imediato. Além disso, a Conselheira considerou ser
71 plausível que além da Comunicação Social, um representante do Grupo de Trabalho pudesse estar fazendo a
72 interface. Interpretou a **Conselheira Presidente** que todos os GT são vinculados a uma Câmara e por
73 conseguinte, não possuem autonomia. A sistemática adotada pelo Conselho é trazer para a plenária toda e
74 qualquer questão já discutida nas Câmaras, para apreciação e consequente aprovação ou não. Os
75 Conselheiros Ana Paula e Elvis são os representantes do CEDCA nesse GT, (Hospital Pequeno Príncipe e
76 SESP, respectivamente). Voltou a carga a **Conselheira Ana Paula Baena** enfatizando:- é fundamental que
77 se tenha a liberdade de conversar com a Agência. O que é inaceitável, é essa mesma Agência produzir, levar
78 a Comunicação Social e só depois chegar ao Conselho ou o GT. A **Conselheira Presidente** deixou claro que
79 tais discussões deverão sempre ser em conjunto: o GT é convocado com uma pauta prévia e os técnicos
80 farão suas colocações em conjunto. Exemplificou:- o Conselheiro Elvis enquanto integrante do GT, e
81 representante do CEDCA, não deverá contatar a Agência sozinho; de preferência, os assuntos discutidos
82 deverão ser consignados em ata. Dando suporte, a **técnica Ligiane**, Secretária Executiva do GT garantiu
83 que esses trâmites estão sendo cumpridos. Pedindo a palavra, a **Conselheira Marli (SETS)** lembrou que o
84 Conselho trata-se de um órgão colegiado, disse entender que essa oportunidade traria somente pinceladas
85 do que seria o encaminhamento dessa Campanha, pois as reais discussões deverão ocorrer nas Câmaras.
86 Avaliando as colocações, a **técnica Marcela** (Secretaria de Estado da Comunicação) reforçou que todo o
87 material e o próprio planejamento da Campanha serão disponibilizados para o Conselho avaliar, porém é
88 necessário que se dê a necessária credibilidade e confiança para os grandes profissionais que estão
89 envolvidos nesse trabalho. Finalizando, a **Presidente Márcia** colocou que as ponderações da **Conselheira**
90 **Ires**, bem como as sugestões da Câmara serão analisadas e encaminhadas ao GT. A Comissão convocará
91 todos os membros, o GT aciona os técnicos para apresentar as propostas para a Câmara. Questionou se

92 nessa data seria necessário tomar alguma decisão, com relação as estratégias de mídia. Foi explicitado pela
93 servidora **Sílvia** (Comunicação Social da SEDS), que inicialmente houve a preocupação de adequar o
94 planejamento ao orçamento disponível. O processo será iniciado em maio, indo até dezembro; dessa forma,
95 em fevereiro ou março a Campanha será apresentada ao Conselho, acreditando que as peças atingirão o
96 objetivo proposto. Pela disponibilidade, a Presidente externou agradecimentos aos visitantes. Abrindo espaço
97 para uma nova discussão, a **Conselheira Alexandra** questionou como estaria o processo de substituição das
98 instituições da Sociedade Civil, uma vez que em plenária anterior já havia sido votado o desligamento.
99 Respondendo, a **Presidente Márcia** esclareceu que o CEDCA havia deliberado por aceitar a renúncia da
100 instituição. Na sequência, o processo seguiu para a Casa Civil e enquanto não se expedir o decreto, as
101 cadeiras no Conselho estarão supridas pelas atuais instituições. Dessa forma, houve uma convocação
102 normal para os antigos Conselheiros, deixando de sobreaviso também os novos indicados. Para melhores
103 esclarecimentos, a Presidente passou a palavra para a Secretária Executiva Helena N. Gimenez. Essa citou
104 que todo o procedimento de encaminhar o processo para a Casa Civil foi levado a efeito e o Conselho foi
105 alertado que a tramitação poderia levar alguns dias. Sabe-se que o Governador irá despachar e após o
106 documento deverá ser publicado em Diário Oficial. Só então a questão está formalizada e os novos
107 Conselheiros poderão ser devidamente convocados. Numa decorrência direta, o **Conselheiro Hélio**
108 demonstrou a sua preocupação quando afirmou não estar havendo um tratamento de igualdade, pois o
109 Colegiado foi informado da chegada do **Conselheiro Leandro**, em substituição a **Conselheira Cláudia**
110 **Foltran**. Em nenhum momento buscou-se apresentar o decreto ou Diário Oficial que iria legitimar essa
111 mudança, pois tratava-se do segmento governamental. Assim, afirmou o Conselheiro, é de se estranhar que
112 para a Sociedade Civil exista todo um trâmite burocrático, o que não ocorre com a área Governamental.
113 Interpretou que deveria haver um maior envolvimento da SEDS, no sentido de agilizar essas questões
114 formais. Levando em conta as colocações, manifestou-se o **Conselheiro Leandro (SEDS)** exercendo a sua
115 ponderação. Disse ter sido admitido na Secretaria da Família no mês de outubro/2012 e a sua primeira
116 participação foi no Conselho no final de novembro. Lembrou os Conselheiros que absteve-se de participar
117 dos trabalhos das Comissões, justamente porque o Decreto da sua nomeação não havia sido publicado. Os
118 trâmites documentais são os mesmos para os dois segmentos e como todos, ele também teve de aguardar. A
119 **Conselheira Márcia Tavares dos Santos** ainda esclareceu que todo o encaminhamento de documentos é
120 protocolado pela Secretaria Executiva e esses registros estão à disposição dos Conselheiros. Primando pela
121 transparência, esses procedimentos foram similares na substituição dos Conselheiros da Saúde, Educação,
122 SEDS e das 2 entidades. Nesse momento, a **Conselheira Alexandra** manifestou-se, afirmando que diante
123 dessa situação, o Conselho Estadual encontrava-se sem paridade. Houve a intervenção da **Dra. Danielle**
124 **Vieira** (Núcleo Jurídico da SEDS) interpretando que oficialmente a paridade estaria garantida, uma vez que
125 as 2 instituições não estão desligadas e isso só ocorrerá, no momento em que for expedido o documento
126 alterando a composição do Conselho. A **Presidente Márcia** qualificou que o Colegiado encontrava-se
127 respaldado e caso essa possibilidade não existisse, a Assembleia Ordinária poderia ser suspensa. Levando
128 em conta a importância dessas discussões, ressaltou que todas essas ponderações deverão constar em ata.
129 Foi aberto o debate e diversos Conselheiros da Sociedade Civil manifestaram o seu protesto. O **Conselheiro**
130 **Hélio** (Guarda Mirim de Foz do Iguaçu), constatou que a presença de todos seria inútil, já que não poderiam
131 exercer o voto. Outros foram enfáticos em garantir que não existe paridade no CEDCA e o sentimento é de
132 tristeza ao se detectar que chega-se ao final do ano, com a possibilidade de serem invalidadas todas as
133 deliberações. Procurando imprimir um esclarecimento a essa questão, os Conselheiros enfocaram os itens
134 constantes da Lei. Foi quando a **Conselheira Presidente** apontou que a Câmara de Garantia de direitos
135 comprometeu-se a apresentar até dezembro, os pontos avaliados na Lei que iriam necessitar de estudos e
136 urgentes modificações. • **Apresentação:- “Formação continuada de Conselheiros Tutelares e Municipais**

137 **dos Direitos da Criança e do Adolescente”- Técnica Carla (SEDS) – APROVADO pela Deliberação**
138 **nº16/2010.** O projeto englobava o CEDCA, a SEJU na época, sendo executado por sete Universidades
139 Estaduais, hoje a gestão do contrato está a cargo da SEDS. No final de 2008 houve a 7ª Etapa da
140 Capacitação Permanente e o Conselho Estadual recebeu uma carta aberta dos Conselhos Tutelares,
141 contendo ponderações a cerca do Programa apresentado. Dando uma atenção especial à questão, o CEDCA
142 decidiu constituir uma Comissão Interinstitucional, que atuou durante todo o ano de 2009, visando reelaborar
143 o curso. Basicamente foi decidido que o material deveria ser construído de forma igualitária para as sete
144 Universidades, separando os conteúdos para Conselhos Tutelares e Municipais. • **Pontos abordados.** •
145 Alterado pela Deliberação 04/2010. • Formação continuada com cursos em nível inicial e avançado. • Portal
146 Web de apoio aos alunos. • Restrição de alunos por turma (até 40). • Mínimo de 30% de docentes com
147 experiência prática na área. • Elaboração de 5 cadernos com 6 textos cada e avaliados por um Conselho
148 Editorial. • Carga horária total: - 224 horas/aulas – 56 horas/aulas por módulo, 48 horas presenciais e 8 horas
149 de encontros microrregionais, com 3 municípios por vez. Foi deixado em aberto para as Universidades, as
150 alternativas metodológicas operacionais para conteúdo teórico-práticos. • CT inicial – 2 vagas por colegiado.
151 CT avançado – 3 vagas. CMDCA inicial – 4 vagas paritárias por Município. CMDCA avançado – 4 vagas
152 paritárias por Município. - **Total de alunos: 5287.** Cada módulo terá 6 disciplinas referentes (gravação
153 extensa na Fita nº 2 – Lado A). • **Custo:** R\$ 2.050.000,00 (cerca de R\$ 300,00 por aluno, incluindo refeições,
154 material didático, pagamento de professores). Foi informado que quando um curso como esse entra numa
155 Universidade, acaba transformando-se num projeto de extensão. Complementando as informações, a
156 **Conselheira Ires** citou que na época do desenrolar desses cursos, ela estava na Presidência do CEDCA e a
157 ruptura ocorrida causou muitos transtornos. Lembrou que na abertura desses eventos, vários Conselheiros
158 participavam. Relatou também que no início, 90 % dos instrutores eram oriundos das Universidades, porém
159 muitos não possuíam a vivência da prática, o que muitas vezes dificultava a elucidação dos questionamentos.
160 Por outro lado anteriormente nesses cursos não era citado o nome do CEDCA e sim somente das
161 Universidades. Continuando, a **técnica Carla** esclareceu que atualmente a SEDS enquanto órgão gestor,
162 encampou a Coordenação Geral dos Cursos e neles sempre se insere a logomarca do Conselho como
163 promotor. Informou que nessa mesma data iniciou-se mais um curso e tanto a representação da SEDS,
164 quanto a **Presidente Márcia** fizeram-se presentes. Nos dias de hoje a totalidade dos professores deve ser
165 aprovada pela Secretaria da Família, uma vez que já aconteceu de técnico administrativo de Universidade
166 ministrar aulas sobre violência. Continuando, a **Conselheira Ires** sugeriu que um cronograma de datas dos
167 cursos seja repassado aos Conselheiros, facilitando também a participação dos Escritórios Regionais.
168 Comprometidas, a **Conselheira Presidente Márcia Tavares dos Santos** reforçou ter presenciado uma
169 abertura de curso na Universidade Federal, para onde levou o banner do Conselho e onde pronunciou uma
170 fala sobre o CEDCA. Nessa ocasião, abordou o planejamento de ações para 2013, convidando os presentes
171 e Conselheiros Regionais para participarem das plenárias. A Consultora da O.A.B, **Dra. Maria Christina dos**
172 **Santos** parabenizou pela realização desses cursos, sugerindo estimular os novos Conselheiros do CEDCA
173 para participarem com assiduidade nas suas regiões, onde teriam vagas garantidas. Outras informações
174 adicionais foram prestadas pela técnica Carla, da SEDS. Na sequência dos trabalhos, foi a vez da
175 **Conselheira Janaína** informar ter participado em Brasília, do IV Encontro Nacional de Formação Continuada
176 de Conselheiros Tutelares e de Direitos. Narrou sobre as divergências que existiam, com relação às
177 propostas que o Governo Federal apresentava e o reconhecimento das Escolas de Conselhos. O avanço
178 demonstrado com as ações desenvolvidas pelo estado do Paraná, hoje revelam que existe plena integração
179 ao processo desenvolvido pela área federal e seus conteúdos estão muito próximos. A **técnica Carla (SEDS)**
180 representará a Região sul e fará a interlocução em 2013. Informou-se que nesse encontro colocou-se o
181 Paraná entre os estados que estariam programando a capacitação, sendo que houve surpresa quando foi

182 deixado claro que tal ação já era desenvolvida no Estado desde o ano de 2000. De Brasília, os participantes
183 já saíram com a proposta de uma Portaria Ministerial, sobre a rede Nacional de Núcleos de Formação de
184 Conselhos, da qual o Paraná passará a integrar, estando alinhado com estados que tem a formação mais
185 consolidada, a exemplo de Minas Gerais, Mato Grosso do sul e Paraíba. • **Mérito a ressaltar para Estado e**
186 **Conselho.** O Paraná é dos únicos que tem Política Pública de estado de Formação Continuada de
187 Conselheiros, **isso já há 12 anos.** Abrindo um espaço, o **Conselheiro Hélio** lembrou que na Assembleia
188 Ordinária de novembro, deixou-se de apresentar os relatórios das Câmaras, ficando pactuado que nesse dar-
189 se-ia prioridade à de Orçamento. Ao mesmo tempo, solicitou que fossem apresentados a plenária os
190 decretos de nomeação dos novos Conselheiros da Sociedade Civil e de Governo. Tal solicitação foi
191 repassada para a Secretaria Executiva. • **Câmara de Orçamento – relatório referente ao mês de**
192 **novembro – Relator: Conselheiro Hélio. Câmara: 18 de outubro de 2012. Plenária: 21 de novembro de**
193 **2012.**Relatório: **4.1- Elaboração do Relatório Anual de atividades da Câmara e planejamento para 2013**
194 **- para apresentação na reunião ordinária de dezembro/2012 (conforme Art.36 do Regimento Interno).**
195 **Parecer da Câmara:** Em construção pelos Conselheiros da Câmara. **Parecer do CEDCA: 4.2- Respostas**
196 **das Secretarias (SESA, SEEC, SEED, SEPL, SEDS e SESP) ao ofício circular nº 009/2012 e 010/2012 –**
197 **SEC/CEDCA/PR, referente a informações sobre programas/projetos e/ou atividades afetas à criança e**
198 **ao adolescente. Parecer da Câmara:**
199 • SEPL: a pasta relatou que não desenvolve diretamente programas, projetos e serviços relacionados
200 ao público infanto-juvenil. O esclarecimento da SEPL direcionou-se à forma da elaboração da Plano
201 Pluri-Anual que seguiu as diretrizes do Governo Federal, aliado às especificidades do Estado.
202 **Ciente.**
203 • SESA: diante dos programas apresentados a câmara **aguarda o encaminhamento do orçamento**
204 **previsto e executado desta pasta para a próxima reunião, conforme observado no ofício**
205 **resposta 2276/2012. Além, solicita-se maiores esclarecimentos quanto aos seguintes**
206 **programas:**
207 Implantação da estratificação de risco em bebês menores de um ano;
208 ◦ Implantação da Carteira da Criança;
209 ◦ Implantação e implementação da rede saúde mental, com ênfase nos transtornos decorrentes de
210 uso do crack, álcool e outras drogas;
211 ◦ Monitoramento da situação alimentar e nutricional dos usuários da rede de atenção primária
212 através do SISVAN;
213 ◦ Implantação do Plano Estadual de Enfrentamento as Violências Contra Criança e Adolescente.
214 • SESP: a pasta apresentou programas para população geral e específicos infanto-juvenis, sendo:
215 ◦ Projeto de implantação de NUCRIA no interior do Paraná em Paranaguá, Ponta Grossa,
216 Londrina, Maringá e Cascavel;
217 ▪ Total previsto: R\$ 3.365.900,00 (FIA);
218 ▪ Total executado: em execução 2012-2013;
219 ◦ Projeto de capacitação e treinamento de policiais civis que atendem crianças e adolescentes;
220 ▪ Total previsto: R\$ 250.000,00 (FIA);
221 ▪ Total executado: em execução 2012-2013;
222 ◦ Projeto criança protegida, férias garantida;
223 ▪ Total previsto: R\$ 70.000,00 (SESP);
224 ▪ Total executado: em execução 2012-2013;
225 ◦ SICRIDI – Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas;
226 ▪ Encontra-se em reestruturação;

- 227 ○ Turminha da Segurança 2 e Colorindo o ECA;
- 228 ▪ Valor do projeto: R\$ 80.450,00;
- 229 ○ Projeto de Educação Ambiental (Guardiões da Natureza – antigo Força Verde Mirim);
- 230 ▪ Estimativa: R\$ 10.600,00;
- 231 ○ Além destes, a Secretaria apresentou proposta de capacitação de policiais militares para o
- 232 programa estadual de resistência as drogas e as violências para que seja **encaminhado para**
- 233 **câmara do FIA.**
- 234 ● **SEEC:** a pasta apresentou projetos direcionados ao público infanto-juvenil, porém, não apresentou o
- 235 orçamento previsto e executado. **A câmara solicita o encaminhamento destas informações para**
- 236 **a próxima reunião.**
- 237 ● **SEED:** a pasta apresentou todos os seus projetos por coordenações e departamentos, porém, não
- 238 apresentou o orçamento previsto e executado. **Como forma de agilizar a viabilidade das**
- 239 **informações, a câmara solicita o encaminhamento destas por coordenações e/ ou**
- 240 **departamentos dos projetos apresentados, para a próxima reunião.**

241 **Parecer do CEDCA:**

242 **Câmara: 22 de novembro de 2012. Plenária: 23 de novembro de 2012. 4.1- Elaboração do Relatório**
 243 **Anual de atividades da Câmara e planejamento para 2013 - para apresentação na reunião ordinária de**
 244 **dezembro/2012 (conforme Art.36 do Regimento Interno). Relatório de Atividades:** Iniciou-se a
 245 elaboração do relatório de atividades realizadas no exercício de 2012. **Parecer da Câmara:** Ciente **Parecer**
 246 **do CEDCA:** ciente. **4.2 – Protocolado sob nº 11.714.179-9 – Informação nº 301/2012 – CMA e**
 247 **Informação nº 1057/2012 – COP - SEPL –** informações acerca do percentual de recurso destinado à área da
 248 criança e do adolescente. Trata-se resposta ao ofício n. 014/2012 encaminhado as Secretarias de Estado o
 249 qual solicita informações acerca de previsão orçamentária no PPA e ações prevista para crianças e
 250 adolescentes. **A Secretaria de Planejamento informou que consta no PPA previsão de recursos para o**
 251 **período de 2012 a 2015, no Programa de Proteção e Desenvolvimento Social na subfunção**
 252 **Assistência a Criança e ao Adolescente, a saber:**
 253

Iniciativa	2012	2013	2014	2015	Total
Proteção Integral à Criança e ao Adolescente	79.394.366	71.534.636	77.615.079	84.212.362	312.756.443
Gestão do Sistema Socioeducativo e de Proteção à Criança e ao Adolescente	56.125.079	58.089.695	63.027.320	68.384.642	245.626.736
	135.519.445	129.624.331	140.642.399	1597.004	558.383.179

254

255 A informação n.1057/2012 da SEPL traz exposição orçamentária considerando todas as fontes de recursos

256 do Poder Executivo na ordem de R\$ 27.724.938.770,00 (vinte e sete bilhões, setecentos e vinte e quatro

257 milhões, novecentos e trinta e oito mil, setecentos e setenta reais). Informa ainda que as Secretarias

258 diretamente ligadas a área em questão criança e adolescente são SEED e SEDS, tendo como orçamento o

259 que segue: SEED tem um total orçamentário de R\$ 4.864.359.190,00 (quatro bilhões, oitocentos e sessenta e

260 quatro milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, cento e noventa reais).

261 ● **SEDS** com um total de orçamentário de R\$ 221.750.410,00 (duzentos e vinte um milhões, setecentos

262 e cinquenta mil, quatrocentos e dez reais).

263 ● **O total orçamentário da atividade 4221 – Proteção Integral a Criança e ao Adolescente é de R\$**
 264 **81.630.066,00 (oitenta e um milhões, seiscentos e trinta mil e sessenta e seis reais), sendo**
 265 **essa a atividade fim da Secretaria de Estado da Família.**

266 **Parecer da Câmara: ciente. Parecer do CEDCA: ciente. 1. Relatório de Atividades: Elaboração do**
 267 **relatório de atividades realizadas no exercício de 2012, e ações a serem desenvolvidas pela Câmara**
 268 **de Orçamento. Parecer da Câmara: Ciente. Será apresentado no mês de fevereiro. 2. Protocolo**

269 **11.632.557-8 – Secretaria de Estado da Educação – SEED** –Projeto da comissão de enfrentamento a
270 violência sobre protagonismo infantil. Após explanação do Conselheiro Maurício Rosa da SEED e da Técnica
271 da SEDS senhora Neiva Silvana Hack, entendemos em comum acordo que o projeto deveria ser apresentado
272 na Câmara de Capacitação ou Câmara do FIA, pois trata-se de ação de capacitação e liberação de recursos
273 do FIA para o cumprimento do proposto. Ressaltando que o projeto contempla ações a serem desenvolvidas
274 dentro do Plano de Enfrentamento a Violência já devidamente aprovado pelo CEDCA/PR. **Parecer da**
275 **Câmara:** Ciente. **Parecer do CEDCA:** ciente. **3. Protocolo 11.632.520-9 – Secretaria de Estado da**
276 **Educação – SEED** – Planilha de ações e recursos para crianças e adolescentes em 2012. Tendo em vista
277 que o protocolo n. 11.696.618-2 não respondeu satisfatoriamente ao ofício encaminhado solicitando
278 informações acerca de ações voltadas ao atendimento específico de crianças e adolescentes e respectivos
279 valores a SEED encaminhou novo protocolo com relatório detalhado contendo ações e valores, porém a
280 Câmara entende que as ações listadas não contemplam diretamente criança e adolescente, ainda que
281 indiretamente tenha esse alcance. As ações são voltadas a políticas de formação continuada, por exemplo:
282 Formação Pedagógica de Docentes que atuam nas escolas do campo; Formação Continuada a Profissionais
283 Indígenas; Seminário Regional de Educação Fiscal e outros. **Parecer da Câmara:** Entendemos que quando
284 se fala em Orçamento Criança, então as ações devem ser especificamente voltadas ao atendimento direto de
285 crianças e adolescentes, portanto, consideramos que a SEED deverá apresentar no exercício de 2013 ações,
286 programas e projetos que “financiam ações que tenham como usuários e ou beneficiários crianças e
287 adolescentes”, conforme previsto na Resolução N. 254/2010. **Parecer do CEDCA: aprovado. ofício será**
288 **enviado em 2013, juntamente as outras Secretarias.** Câmara: 13 de Dezembro de 2012. **Plenária: 14 de**
289 **Dezembro de 2012. 1. Relatório de Atividades:** Elaboração do relatório de atividades realizadas no
290 exercício de 2012, e ações a serem desenvolvidas pela Câmara de Orçamento. **Parecer da Câmara:** Ciente.
291 Será apresentado no mês de fevereiro. **2. Protocolo 11.632.557-8 – Secretaria de Estado da Educação –**
292 **SEED** –Projeto da comissão de enfrentamento a violência sobre protagonismo infantil. Após explanação do
293 Conselheiro Maurício Rosa da SEED e da Técnica da SEDS senhora Neiva Silvana Hack, entendemos em
294 comum acordo que o projeto deveria ser apresentado na Câmara de Capacitação ou Câmara do FIA, pois
295 trata-se de ação de capacitação e liberação de recursos do FIA para o cumprimento do proposto.
296 Ressaltando que o projeto contempla ações a serem desenvolvidas dentro do Plano de Enfrentamento a
297 Violência já devidamente aprovado pelo CEDCA/PR. **Parecer da Câmara:** Ciente. **Parecer do CEDCA:**
298 ciente. **3. Protocolo 11.632.520-9 – Secretaria de Estado da Educação – SEED** – Planilha de ações e
299 recursos para crianças e adolescentes em 2012. Tendo em vista que o protocolo n. 11.696.618-2 não
300 respondeu satisfatoriamente ao ofício encaminhado solicitando informações acerca de ações voltadas ao
301 atendimento específico de crianças e adolescentes e respectivos valores a SEED encaminhou novo protocolo
302 com relatório detalhado contendo ações e valores, porém a Câmara entende que as ações listadas não
303 contemplam diretamente criança e adolescente, ainda que indiretamente tenha esse alcance. As ações são
304 voltadas a políticas de formação continuada, por exemplo: Formação Pedagógica de Docentes que atuam
305 nas escolas do campo; Formação Continuada a Profissionais Indígenas; Seminário Regional de Educação
306 Fiscal e outros. **Parecer da Câmara:** Entendemos que quando se fala em Orçamento Criança, então as
307 ações devem ser especificamente voltadas ao atendimento direto de crianças e adolescentes, portanto,
308 consideramos que a SEED deverá apresentar no exercício de 2013 ações, programas e projetos que
309 “financiam ações que tenham como usuários e ou beneficiários crianças e adolescentes”, conforme previsto
310 na Resolução N. 254/2010. **Parecer do CEDCA: aprovado. ofício será enviado em 2013, juntamente as**
311 **outras Secretarias. • Câmara de Políticas Básicas – Relator:- Conselheiro Maurício:- 1.1 - Elaboração**
312 **do Relatório Anual de atividades da Câmara e planejamento para 2013 - para apresentação na reunião**
313 **ordinária de dezembro/2012 (conforme Art.36 do Regimento Interno). Parecer da Câmara:** Relatório

concluído. **Parecer do CEDCA: apresentação em fevereiro. 1.2 – Ofício 026/2012 – Município de Marilândia do Sul** – Participação na Conferência Regional do Direitos da Criança e do Adolescente. **Conforme solicitação do CEDCA em setembro/2012, o Escritório Regional de Apucarana informa que o município de Marilândia do Sul não teve representação na Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente e que a Senhora Vanessa Aparecida Ferreira (funcionária da Secretaria Municipal de Assistência Social e membro do CMDCA) participou como ouvinte, não sendo entendida como delegada e nem possuindo direito a voto. Parecer da Câmara: Ciente. Parecer do CEDCA: Ciente.****1.3 – Coordenação de Proteção Social Básica – Relatório Paranacidade das situações dos Centros da Juventude. Conforme solicitado pelo CEDCA o Paranacidade encaminhou relatório da situação das obras dos Centros da Juventude. Parecer da Câmara: O relatório apresentado identifica alguns problemas nas obras e estruturas dos Centros da Juventude. A Coordenação de Proteção Social Básica da SEDS solicitará a presença de técnico responsável do Paranacidade para apresentação de parecer e cronograma de resolução de pendências. Parecer do CEDCA: aprovado parecer da câmara. 1.4 - Coordenação de Proteção Social Básica – Protocolado sob nº 10.210.183-9 - Universidade Aberta do Brasil – solicitação de utilização de espaço do Centro da Juventude da Lapa . Parecer da Câmara: Retirado de pauta a pedido da solicitante Ana Regina Martins da Silva, em 12/12/12. Parecer do CEDCA: ciente. 1.5 – Coordenação de Proteção Social Especial – devolutiva dos ofícios para subsidiar a elaboração da Deliberação Crescer em Família. Esse assunto foi pautado na câmara do mês de setembro e relatado na plenária de outubro. Foi deliberado pelo CEDCA, oficiar CONSIJ, SEDS, SEED, SESA e SEJU, solicitando informações para elaboração da Deliberação do Crescer em família. Apenas a SEDS e a SEED responderam. Segue cópia dos ofícios enviados para CONSIJ, SESA e SEJU. Parecer da Câmara: Aguardar demais ofícios e agendar reunião do Grupo de Trabalho em fevereiro/2013. Parecer do CEDCA: aprovado parecer da câmara. 1.6 – Inclusão na Pauta - Explicação da técnica Luciana Cristina da Silva, da SERC, sobre a realidade da população infanto-juvenil indígena, conforme deliberado na sessão plenária ordinária realizada em novembro/2012. A SERC será a articuladora do grupo de trabalho, que já está formado e ainda não instituído e deve propor ações. Enviou formulário de ações voltadas à população indígena para todas as Secretarias e teve pouco retorno. O grupo deve ser orientado por antropólogos, FUNAI e SEED, sempre com a participação dos indígenas e agir de forma diferenciada para cada comunidade, tratando as questões particularmente, levando em consideração suas demandas. Pontos abordados no relato: Não existe um trabalho específico para população infanto-juvenil. As crianças passam da infância diretamente para a vida adulta, a maioria dos jovens já constituiu família e não têm trabalho. Problemas nas aldeias do litoral e aldeias que estão em litígio e por isso não recebem nenhuma política pública. Parecer da Câmara: Solicitar à SERC um Plano de Ação referente à articulação do Grupo de Trabalho formado pelas Secretarias de Estado, FUNAI e outras instituições relacionadas. Parecer do CEDCA: aprovado parecer da câmara, acrescentando que o plano de ação seja referente a criança e ao adolescente indígena e que essas informações sejam submetidas ao CEDCA com urgência.** Fundamentada nos pedidos anteriores dos conselheiros da sociedade civil que questionaram a paridade da reunião, a **Conselheira Presidente** decidiu suspender a Assembleia às 12:20 horas tendo em vista que até o momento nada havia sido deliberado, bem como o retorno do Conselheiro Leandro (SEDS), que trouxe informações acerca das novas nomeações de Conselheiros. Segundo ele, em contato com o setor competente da Secretaria da Família, concluiu-se que o ofício foi devidamente encaminhado à Casa Civil no dia 03/12/12 que por sua vez preparou o documento e enviou ao Gabinete do Governador. Segundo informações da Casa Civil o Decreto Estadual nº6707 de 07/12/12 foi assinado e afixado no **Diário oficial nº8854**, com efetiva circulação em **14 de dezembro**, a mesma data em que era estava sendo realizada a Assembleia do CEDCA. Diante do exposto, a **Presidente Márcia Tavares dos Santos** entendeu, a princípio, que considerando a data da assinatura do Decreto, havia

359 prazo legal para convocar os novos Conselheiros que acabaram não sendo convocados. Dessa forma,
360 sugeriu suspender a reunião ordinária. Achou por bem consultar a representante da OAB, **Dra. Maria**
361 **Christina dos Santos** para que se manifestasse. Essa definiu que a reunião deveria ser interrompida pela
362 falta de paridade. A Presidente ainda solicitou que a consultora desse a sua opinião também quanto à data
363 da assinatura do decreto, da publicação, a convocação. A representante da OAB concluiu:- considerando que
364 somente nessa data se teve acesso á data de publicação do decreto, a legitimidade para os demais itens
365 também seria a partir de hoje. O Núcleo Jurídico da SEDS, por meio da **Dra. Danielle M. Vieira** disse
366 concordar com a OAB pela suspensão da reunião e sugeriu que o assunto fosse para votação. Uma
367 Assembleia Extraordinária poderia ser agendada para a próxima semana, considerando que existem
368 assuntos preponderantes a serem discutidos. Levando em conta o que foi colocado, a **Conselheira Ires**
369 constatou que a validade de todo esse processo já poderia ser contada a partir do dia 7 de dezembro,
370 quando o decreto foi assinado. A **Presidente Márcia** alertou que Secretaria Executiva não fez as
371 convocações por não ter conhecimento da assinatura do Decreto. Sugeriu que a reunião fosse suspensa de
372 imediato já que os relatos até o momento objetivavam dar ciência, sendo que e nada havia sido deliberado. O
373 representante do Fórum DCA, **Valtenir Lazzarini** disse ter acompanhado as notícias vinculadas na imprensa,
374 com relação aos atrasos verificados nas publicações do Diário Oficial. A fala foi do próprio Presidente do
375 Tribunal de Contas. Disse acreditar que a vigência desses atos é a partir mesmo da sua publicidade (Diário
376 Oficial). No entanto, o Conselho é soberano a decidir o caminho a ser tomado. Ouviu-se do **Conselheiro**
377 **Leandro** uma sugestão: - em respeito às pessoas que vieram de longe, promover um contato para que todos
378 se façam presentes nesta tarde. Considerou a **Presidente Márcia** que todos os assuntos das Câmaras são
379 validados, deliberados pela Plenária, porém lembrou a importância das decisões referentes aos Bancos de
380 Projetos, já que a plenária deve analisá-los colocando no site do CEDCA já na segunda-feira (17/12/12), para
381 que as entidades não sejam prejudicadas na perda de recursos. • **Intervalo de 10 minutos – Discussão**
382 **entre os Conselheiros.** • **Retorno – 12:15 horas –** A **Presidente Márcia** informou que, tendo em vista que
383 o decreto de nomeação foi assinado dia 7 e publicado somente no dia 14/12/12, que a OAB e o Núcleo
384 Jurídico da SEDS sugeriram suspender a reunião e convocar uma Assembleia Extraordinária, foi colocado
385 em votação a 1 proposta (Suspender a reunião e convocar Assembleia Extraordinária na segunda-feira, dia
386 17 de dezembro) e a 2 proposta (Suspender a reunião e convocar reunião extraordinária terça-feira, no dia
387 18/12/12) • **Em votação: - • 1ª proposta: Suspender a reunião e convocar Assembleia Extraordinária na**
388 **segunda-feira, dia 17 de dezembro: 11 votos. • 2ª proposta:- Suspender a reunião e convocar reunião**
389 **extraordinária terça-feira, no dia 18/12/12 – 6 votos.** • Já convocados os Conselheiros presentes:- Marli
390 (SETS) - Jocélia (Casa Civil) – Jacqueline – Fátima (SEJU) – Ires – Osny (SEPL) – Leandro (SEDS) – Márcia
391 (SESP) – Janaína (Lar dona Vera) – Ana Paula Baena (Hospital Pequeno Príncipe) – Débora – Graça Lima
392 (Saúde) – Hélio (Guarda Mirim de foz do Iguaçu) – Alexandra (Instituto São José) – Alessandra (SETU) –
393 Maurício (SEED) – Ana Cláudia – Luciano (Cultura). • Justificou-se a consultora Maria Christina, afirmando
394 que em virtude de reunião com o Ministério Público e Judiciário, provavelmente a representação da OAB
395 estará ausente na Assembleia Extraordinária. A **Presidente Márcia** esclareceu que na próxima plenária
396 serão apresentados os relatos das Câmaras de Garantia de Direitos, do Fundo, Políticas Básicas e
397 Capacitação. Tornado efetivo o cumprimento da última votação, a Presidente suspendeu os trabalhos às
398 12:20 horas, convocando a **Assembleia Extraordinária no próximo dia 17 de dezembro**, com local a ser
399 repassado aos Conselheiros via e-mail. **Encerramento:** A Presidente agradeceu a presença dos
400 Conselheiros e demais convidados, encerrando a Assembleia Ordinária. A presente ata foi gravada e redigida
401 por Regina Amasiles Rodrigues Costa (SEDS), digitada por Ana Paula Cordeiro Casagrande, sendo a
402 Secretária Executiva Helena Navarro Gimenez.